

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14683/2024

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA A), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

1.1. O presente procedimento licitatório adota a modalidade de **Pregão**, utilizando-se o **critério de menor preço unitário**, visando a eventual **contratação de empresa qualificada para o fornecimento de lixeiras e contentores**. O objetivo principal desta contratação é a melhoria na organização e limpeza das instalações das Secretarias Interessadas da entidade contratante. Tal processo será regido pelo **Sistema de Registro de Preços**, seguindo estritamente as condições e exigências estipuladas no instrumento convocatório.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante neste mesmo termo.

1.4. Os itens devem ser adquiridos conforme a descrição a seguir:

ITEM	Cód. CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE
01	392424	CONTAINER/CONTENTOR DE LIXO CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 120 LITROS COM TAMPA E RODAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: C:550 L:460 A:940MM CAPACIDADE 48KG COR: A CRITÉRIO DA SECRETARIA SOLICITANTE	UND
02	367291	CONTAINER/CONTENTOR DE LIXO CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 240 LITROS COM TAMPA E RODAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: C:240 L:595 A:1060MM CAPACIDADE 96KG COR: A CRITÉRIO DA SECRETARIA SOLICITANTE	UND
03	267911	LIXEIRA PAPELEIRA CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 50 LITROS DIMENSÕES APROXIMADAS: C:430 L:370 A:750MM CAPACIDADE 25KG CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTURA FRONTAL COR: A CRITÉRIO DA SECRETARIA SOLICITANTE	UND

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses**, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84, parágrafo único da Lei 14.133/2021, podendo ser formalizado termo de contrato, caso a entrega seja realizada de forma parcelada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO- ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA B), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

2.1. A presente contratação é embasada no estudo técnico preliminar correspondente, o qual foi elaborado com o intuito de identificar e analisar as necessidades da entidade contratante. Este estudo foi conduzido de forma minuciosa e detalhada, considerando as demandas específicas relacionadas à melhoria na organização e limpeza das instalações das Secretarias Interessadas.

2.2. A análise desse estudo permitiu a identificação dos problemas existentes, bem como a definição precisa dos materiais necessários para corrigir tais problemas e garantir a plena operacionalidade. Onde levamos em consideração fatores como a saúde pública, organização, eficiência e sustentabilidade.

2.3. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. A presente contratação é uma questão de interesse público, onde esta iniciativa é fundamental para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população bem como a gestão de resíduos adequadas, conforme informado no Estudo Técnico Preliminar.

2.5. A contratação está alinhada com o Plano Anual de Contratações submetida ao Processo Administrativo nº 6.987/2023, em conformidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Existe disponibilidade orçamentária para a realização do contrato, assegurando a conformidade com os parâmetros financeiros estabelecidos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA C), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

3.1. Os materiais devem ser entregues em estado novo, garantindo a integridade e a qualidade dos produtos desde o momento da entrega, assegurando que não tenham sido manipulados ou expostos a condições adversas que possam comprometer sua funcionalidade.

3.2. É imprescindível que os materiais fornecidos possuam certificações reconhecidas de qualidade e segurança, emitidas por entidades competentes.

3.3. A empresa contratada precisa seguir as normas técnicas em vigor e as recomendações dos fabricantes durante a execução do objeto. Isso garante que as atividades sejam realizadas de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos, promovendo resultados eficazes e seguros.

3.4. É obrigação da contratada fornecer todos os equipamentos necessários para garantir a segurança dos funcionários envolvidos nas atividades. Isso inclui equipamentos de proteção individual (EPIs) e qualquer outro dispositivo requerido para evitar acidentes e lesões durante o trabalho.

3.5. Todas as despesas relacionadas à execução do contrato, como salários, encargos sociais, impostos e seguros, devem ser cobertas pela empresa contratada.

3.6. A contratada é responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados ao contratante, seus funcionários ou terceiros durante a execução do contrato.

3.7. A empresa contratada deve garantir o acesso a produtos e serviços de alta qualidade, além de fornecer o suporte adequado necessário para a execução dos serviços.

3.8. É dever da contratada corrigir quaisquer deficiências, falhas ou irregularidades identificadas pela durante a entrega do objeto. Com a finalidade de que o trabalho seja realizado conforme o esperado e que os resultados atendam aos padrões de qualidade estabelecidos.

3.9. A empresa contratada deve garantir a qualidade dos produtos utilizados na execução dos serviços, isentando a Prefeitura de reclamações relacionadas à durabilidade e conformidade com os padrões estabelecidos assegurando que os materiais utilizados sejam adequados e confiáveis.

3.10. Condições de Guarda e Armazenamento:

3.10.1. Os produtos serão armazenados em ambientes apropriados, com controle adequado de temperatura e ventilação, de modo a evitar qualquer forma de deterioração do material. Serão respeitadas as orientações do fabricante quanto ao empilhamento máximo dos produtos e outras instruções específicas relacionadas à sua conservação.

3.10.2. As mesmas condições de guarda e armazenamento aplicadas no item 3.10.1 aos materiais pela Administração, devem ser observadas pelo fornecedor, assegurando que os produtos sejam mantidos em condições ideais desde sua origem até a entrega final ao cliente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA D), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

Do Registro de Preços

4.1. A Ata de Registro de preços poderá ser usada por todos órgãos da administração pública, desde que autorizado expressamente pelo órgão gerenciador, observando o disposto no decreto que Regulamenta o Registro de Preços.

Da Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da Garantia

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Bastando que os produtos contemplados nesta licitação devem ser acompanhados por uma nota fiscal discriminativa, a fim de possibilitar sua entrega efetiva, além de um termo de garantia contra defeitos de fabricação. A empresa contratada assume o compromisso de fornecer garantia contra defeitos de fabricação

para todo o material entregue. Caso qualquer item apresente defeito, a contratada tem a obrigação de substituí-lo em até 05 (cinco) dias após a notificação, sem que haja aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA E), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

5.1. Para o fornecimento de objeto em tela será formalizada em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, empresa considerada vencedora.

5.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços o prazo de vigência do contrato será estabelecido no momento de solicitação de contratação da empresa vencedora do certame.

5.3. O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa parcelada.

5.4. A(s) entrega(s) devera (ão) ser realizada(s) no(s) endereço(s) indicados pelo setor solicitante, de acordo com horários, dias e locais especificados pela Entidade Requisitante, no(s) endereço(s) relacionado(s).

5.5. Endereços:

SECRETARIA	LOCAL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E PESCA	End.: Almoxarifado Central - Rua Agenor Beltrão nº. 259 – Porto da Aldeia, São Pedro da Aldeia/RJ no horário de 08:30 às 16:30 h
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E TRABALHO	
SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER	
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	End.: Almoxarifado da (SEMED) - Rua Doze de Outubro nº 203, bairro Estação – São Pedro da Aldeia/RJ no horário de 09:30 à 12h e 13:30 à 16:30, exceto
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

	feriados.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	End: Almoxarifado da (SESAU) - Rua João Martins, nº 230, Loja, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ no horário de 08 às 16 horas, exceto feriados.

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (4) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.8. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

5.9. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis à sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

5.10. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

5.11. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA F), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Da Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA G), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.7. Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.8. À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para o fornecimento com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

7.9. A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

Do Faturamento

7.10. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

7.11. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.12. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

7.13. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.14. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

Do Pagamento

7.15. O prazo de pagamento, não será superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, e será feito mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles, necessariamente o fiscal do contrato.

7.16. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.

7.17. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA H), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

8.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento PELO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

Da Qualificação Técnica

8.2. Para fins de execução plena do objeto requerido, será necessário que a empresa participante tenha qualificação técnica para tal de acordo com as descrições a seguir:

8.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA I), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

9.1. De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de **R\$ 69.499,35** (sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

9.2. A técnica quantitativa que originou o valor da contratação encontra-se no ANEXO I;

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ART. 6, INCISO XXIII, ALÍNEA J), DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

10.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Ficha
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E PESCA			
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
 CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
 Proc. nº 14.683/2023
 Folha nº 116
 Rub. 10

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E TRABALHO	20.122.001.2.252	3.3.90.30.22.00	600
SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER	27.122.001.2.493	3.3.90.30.16.00	190
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	15.695.011.2.407	3.3.90.99.00	341
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12.361.030.2.060	4.4.90.52.99.00	2649
	12.361.026.2.234	4.4.90.52.99.00	2580
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.058.2.180	4.4.90.52.99.00	2568
	10.301.058.2.180	4.4.90.52.99.00	2572

São Pedro da Aldeia, 09 de abril de 2024.

11. DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

Elaboração e Aprovação	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E PESCA	
Elaborador/Matrícula	Natália Carneiro de Almeida, Mat: 30.252
Secretário(a)/Matrícula	[Assinatura] 58785
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E TRABALHO	
Elaborador/Matrícula	[Assinatura] 37866 - PMSPA
Secretário(a)/Matrícula	Thiago Ribeiro de Souza Secretário Municipal Matr. 37866 - PMSPA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
Elaborador/Matrícula	Augusto Leões de S. Aguiar Mat 30315
Secretário(a)/Matrícula	Thiago Ribeiro de Souza
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Elaborador/Matrícula	Elaine Mendes V. Cardoso Sec. Adj. Administrativa SEMED-Mat. 37861

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 14.683/2023
Folha nº 114
Rub. 30

Secretário(a)/Matrícula	<i>Thiery de Moraes Faria Nolas mat. 37972</i>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Elaborador/Matrícula	<i>[Signature] mat. 38.889</i>
Secretário(a)/Matrícula	<i>[Signature] - Márcia Márcia Sampaio Fontes</i>
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
Elaborador/Matrícula	<i>Maria Gorete da Silva 37981</i>
Secretário(a)/Matrícula	<i>clauda limpo</i>
SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER	
Elaborador/Matrícula	<i>[Signature] mat. 38075</i>
Secretário(a)/Matrícula	<i>[Signature] 38137</i>

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO



GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
MEMÓRIA DE CÁLCULO

PMSPA/SELICC
Proc. 14.683/2023
Fls. 132
Rub. 66

ITEN	Cód. CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MEIO AMB.	EDUCAÇÃO	Saúde	AGRICULTURA	TURISMO	ESPORTE	CULTURA	TOTAL
1	392424	CONTAINER/CONTENTOR DE LIXO CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 120 LITROS COM TAMPA E RODAS DIMENSÕES APROXIMADAS: C:550 L: 460/ A:940MM CAPACIDADE 48KG COR: A CRITÉRIO DA SECRETARIA SOLICITANTE	UND	20	42	52	0	6	4	12	136
2	367291	CONTAINER/CONTENTOR DE LIXO CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 240 LITROS COM TAMPA E RODAS DIMENSÕES APROXIMADAS: C:240/L: 595/A:1060MM CAPACIDADE 96KG COR:A CRITÉRIO DA SECRETARIA SOLICITANTE	UND	20	4	2	1	6	2	3	38
3	267911	LIXEIRA PAPELEIRA CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 50 LITROS. DIMENSÕES APROXIMADAS: C: 430/ L:370/ A: 750MM CAPACIDADE 25KG. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTURA FRONTAL COR:A CRITÉRIO DA SECRETARIA SOLICITANTE	UND	200			17	8	4		229